

A mudança nas normas significaria cortes de mais CZ\$ 243 bilhões

por **Thaís Bastos**
de Brasília

Os técnicos que elaboraram proposta de Orçamento da União para 1989 aguardam com "tranquilidade" o resultado da movimentação dos governadores para alterar, no Congresso, a decisão do Executivo de exigir dos estados e municípios o pagamento em 1989 de 25% do estoque de suas dívidas externas contraídas nos últimos quatro anos com o aval da União.

Segundo qualificada fonte da área econômica, é "salutar" a prerrogativa que o Congresso passa a ter, com a nova Constituição, de alterar o Orçamento da União.

A capacidade que o Legislativo volta a ter de alterar a proposta de Orçamento da União, no entanto, tem algumas limitações, também estabelecidas no texto da nova Constituição brasileira: não se pode criar despesas sem indicar correspondente fonte de receita.

Portanto, caso o Legisla-

tivo decida alterar os limites de rolagem, acatando os 10% que estão sendo propostos pelos governadores como máximo para pagamento, alguma despesa terá de ser cortada, na mesma proporção da perda de receita da União, a não ser que o Congresso crie novos impostos ou autorize o Tesouro a emitir títulos.

Cálculos feitos pelo secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, indicam que o valor dos 25% da dívida total dos estados e municípios (incluindo concessionárias de energia elétrica, empresas estaduais e municipais, além dos governos estaduais e municipais) acumulada nos últimos quatro anos, que deverá ser pago à União em 1989, atingia CZ\$ 405 bilhões em junho último. Se aprovado o pagamento de apenas 10% desse estoque (CZ\$ 162 bilhões a preços de junho), despesas no valor de CZ\$ 243 bilhões, que seriam arcadas pela União, contidas no Orçamento, terão de ser suprimidas.